

Alerta Legislação nº 42, de 17 a 22 out. 2016

Boletim semanal

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo • Biblioteca
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Prefeitura de São Paulo

- **DECRETO Nº 57.399, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016**
Regulamenta a [Lei nº 16.490, de 15 de julho de 2016](#), que dispõe sobre o desembarque de mulheres e idosos usuários do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros da Cidade de São Paulo.

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
21/10/2016	<u>DECRETO DE 20 DE OUTUBRO DE 2016</u> Declara de interesse público e social o acervo arquivístico privado de Dom Lucas Moreira Neves. RETIFICAÇÃO <u>DECRETO Nº 8.879, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016</u> (Publicado no DOU de 20 de outubro de 2016 - Seção 1) No inciso II do caput do art. 7º do Decreto nº 8.879, de 19 de outubro de 2016, onde se lê: "II - o art. 8º, caput, inciso XI e o art. 11 do Anexo I.", leia-se "II - o art. 8º, caput, inciso X, e o art. 11 do Anexo I."
20/10/2016	<u>DECRETO Nº 8.883, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016</u> Altera o Programa de Dispendios Globais - PDG para 2016 das empresas estatais federais, aprovado pelo Decreto nº 8.632, de 30 de dezembro de 2015 , e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 8.882, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016</u> Promulga o Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia no Campo da Luta Contra o Crime Organizado e Outras Modalidades Delituosas, firmado em Brasília, em 9 de outubro de 2006. <u>DECRETO Nº 8.881, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016</u> Altera o Decreto nº 5.037, de 7 de abril de 2004 , que aprova Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Nacional de Artes e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.

	<u>DECRETO Nº 8.880, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016</u> Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Seicheles sobre a Isenção Parcial de Vistos, firmado em Victoria, em 13 de dezembro de 2011. <u>DECRETO Nº 8.879, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016</u> Altera o Decreto nº 8.829, de 3 de agosto de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Esporte, e remaneja cargos em comissão. <u>DECRETO Nº 8.878, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016</u> Altera o Decreto nº 6.853, de 15 de maio de 2009, que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Cultural Palmares e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. <u>DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 2016</u> Autoriza o aumento do capital social da Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras.
19/10/2016	<u>LEI Nº 13.349, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 1.103.400.627,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	CASA CIVIL (CCPR) ↳ Secretaria da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário <u>PORTARIA Nº 64, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Autorizar o pagamento dos benefícios relativos à safra 2015/2016 aos agricultores (as) que aderiram ao Garantia-Safra no município constante no anexo. (...) ↳ Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário <u>PORTARIA Nº 224, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Grupo de Trabalho com o objetivo de propor as estratégias de elaboração e implementação do Programa Nacional de Aproveitamento de Fontes Renováveis de Energia pela Agricultura Familiar. (...) <u>PORTARIA Nº 223, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016</u>

	Procedimento para execução do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater), em conformidade com o que estabelece o disposto nos arts. 21 e 24 da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010.
Ministério da Cultura (MinC)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 301, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016</u> Homologa o tombamento do Edifício-Sede do IAB - Departamento de São Paulo, situado na Rua Bento Freitas, nº 306, Vila Buarque, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo. FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (FCP) <u>PORTARIA Nº 223, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º REGISTRAR no Livro de Cadastro Geral nº 018 e CERTIFICAR que, conforme a declaração de autodefinição e o processo em tramitação na Fundação Cultural Palmares, as comunidades a seguir SE AUTODEFINEM COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO: (...) <u>PORTARIA Nº 222, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º REGISTRAR no Livro de Cadastro Geral nº 018 e CERTIFICAR que, conforme a declaração de autodefinição e o processo em tramitação na Fundação Cultural Palmares, as comunidades a seguir SE AUTODEFINEM COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO: (...) <u>PORTARIA Nº 221, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º REGISTRAR no Livro de Cadastro Geral nº 018 e CERTIFICAR que, conforme a declaração de autodefinição e o processo em tramitação na Fundação Cultural Palmares, as comunidades a seguir SE AUTODEFINEM COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO: (...) <u>PORTARIA Nº 220, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º REGISTRAR no Livro de Cadastro Geral nº 018 e CERTIFICAR que, conforme a declaração de autodefinição e o processo em tramitação na Fundação Cultural Palmares, as comunidades a seguir SE AUTODEFINEM COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO: (...) <u>PORTARIA Nº 219, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º REGISTRAR no Livro de Cadastro Geral nº 018 e CERTIFICAR que, conforme a declaração de autodefinição e o processo em tramitação na Fundação Cultural Palmares, as comunidades a seguir SE AUTODEFINEM COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO: (...) <u>PORTARIA Nº 218, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º REGISTRAR no Livro de Cadastro Geral nº 018 e CERTIFICAR que, conforme a declaração de autodefinição e o processo em

	tramitação na Fundação Cultural Palmares, as comunidades a seguir SE AUTODEFINEM COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO: (...) FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES (FUNARTE) → Diretoria Executiva <u>PORTARIA Nº 14, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2016</u> Altera Dispositivos da Portaria FUNARTE/PRESIDÊNCIA nº 346/2010, publicada no DOU de 10 de dezembro de 2010.
Ministério da Defesa (MD)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 57/MD, DE 21 DE SETEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a implantação da Política de Governança Digital no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, e dá outras providências.
Ministério da Fazenda (MF)	BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) → Área de Política Monetária <u>COMUNICADO Nº 30.057, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016</u> Divulga a meta para a Taxa Selic, a partir de 20 de outubro de 2016. → Diretoria Colegiada (DC) <u>CIRCULAR Nº 3.812, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016</u> Altera a Circular nº 3.787, de 17 de março de 2016, que dispõe sobre assuntos de competência do Banco Central do Brasil relacionados à regulamentação da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, que trata do Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT). SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP) <u>RESOLUÇÃO Nº 341, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016</u> Dispõe sobre o seguro obrigatório de responsabilidade civil do transportador rodoviário de passageiros e cargas entre o Brasil e a Guiana Francesa, e divulga as condições contratuais deste seguro para veículos matriculados na Guiana Francesa SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.665, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.627, de 11 de março de 2016, que dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária. <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 1.525, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016</u> Cria os Grupos de Atuação Especial no Combate à Fraude à Cobrança Administrativa e à Execução Fiscal no âmbito da Secretaria Receita Federal do Brasil (RFB) e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN) → Subsecretaria de Fiscalização – Coordenação-Geral de Fiscalização <u>ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 75, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016</u>

	Dispõe sobre a não obrigatoriedade de utilização do Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe).
Ministério da Justiça e Cidadania	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 910, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016</u> Dispõe sobre os critérios e a distribuição dos quantitativos da Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE para os órgãos do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) <u>PORTARIA Nº 786, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Constituir Grupo Técnico com a finalidade de realizar estudos complementares de natureza etnohistórica, antropológica, ambiental, cartográfica, fundiária e cartorial necessários à identificação e delimitação da Terra Indígena Krenak de Sete Salões, localizada nos Municípios de Resplendor, Itueta, Santa Rita do Itueto e Conselheiro Pena, no Estado de Minas Gerais, com a seguinte composição: (...)
Ministério da Saúde (MS)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 2.012, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016</u> Aprova o Manual Técnico para o Diagnóstico da Sífilis e dá outras providências <u>PORTARIA Nº 1.858, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016</u> Estabelece recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo e Municípios. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) <u>RESOLUÇÃO - RE Nº 2.796, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote 16040287 (Val 04/2018) do medicamento Hyplex B (polivitamínico) solução Injetável 2ml, fabricado por Hypofarma – Instituto de Hypodermia e Farmácia Ltda (CNPJ: 17.174.657/0001-78). (...) – Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 117, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998. – Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitários <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 2.845, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão, em todo o território nacional, da distribuição, comercialização e uso dos lotes n.º 47195 (Val 13/12/2016) e 48575

(Val 18/03/2017) do cosmético COMFORT PERSONAL CLEANSING FRAGRANCE FREE ESSENTIAL BATH LENÇO UMEDECIDO, fabricado por Comfort Personal Cleansing Products/Sage Products Inc. e importado/comercializado por Politec Importação e Comércio Ltda. (CNPJ 43.894.609/0001-64).

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.802, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto GLUCOSAMINA + CONDROITINA cápsulas, fabricado por empresa desconhecida (CNPJ inválido sob nº 10.776.929/0001-34).

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.800, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto Erva de São João (*Hypericum perforatum*), cuja rotulagem conste como distribuído por Mil Ervas, CNPJ 00.572.309/0001-56, sem identificação do endereço.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.799, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da distribuição, divulgação, comercialização e uso dos produtos contendo TRIBULUS TERRESTRIS sem registro, notificação ou cadastro na ANVISA, divulgados por meio dos sites

<http://busca.americanas.com.br/busca.php?q=tribulus+terrestris>,

<http://busca.submarino.com.br/busca.php?q=tribulus>,

<http://buscando2.extra.com.br/?strBusca=tribulus>

e <http://search2.pontofrio.com.br/?strBusca=tribulus> e por qualquer outro tipo de mídia.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.798, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação do medicamento Albendazol 40mg/ml, suspensão oral, registro nº 1.5584.0070.001-7, da empresa Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. (CNPJ 05.161.069/0001-10).

(...)

↪ Diretoria de Regulação Sanitária

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.858, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da importação, distribuição, comercialização e uso, em todo o território nacional, do produto denominado FUMO PARA NARGUILÉ, das marcas listadas na tabela em anexo, que não possuem registro junto à Anvisa e quaisquer outros produtos fumígenos, importados pela empresa PACTUAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA - ME, CNPJ: 05.165.237/0001-46.

	(...) FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA) <u>PORTARIA Nº 775, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016</u> Dispõe sobre medidas que têm por objetivo a otimização e racionalização das transferências de recursos financeiros vinculados aos instrumentos de repasse utilizados para a execução das ações de saneamento e saúde ambiental custeadas pela Fundação Nacional de Saúde.
Ministério das Cidades (MCidades)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 29, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016</u> Dá nova redação à Instrução Normativa nº 2, de 15 de março de 2016, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Habitação Popular e demais operações habitacionais, para o exercício de 2016. CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) <u>RESOLUÇÃO Nº 626, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Os veículos fabricados e transformados para transporte de presos deverão obter o Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito (CAT), e atender aos requisitos da presente Resolução. (...) <u>RESOLUÇÃO Nº 624, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016</u> Regulamenta a fiscalização de sons produzidos por equipamentos utilizados em veículos, a que se refere o art. 228, do Código de Trânsito Brasileiro - CTB
Ministério das Comunicações (MC)	AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL) ↳ Conselho Diretor (CD) <u>RESOLUÇÃO Nº 670, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016</u> Revoga o Regulamento para Certificação do Cartão Indutivo, aprovado pela Resolução nº 471, de 5 de julho de 2007.
Ministério das Relações Exteriores (MRE)	SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES (SG) ↳ Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB) ↳ Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos (DIJ) ↳ Divisão de Atos Internacionais (DAI) <u>PROGRAMA EXECUTIVO CULTURAL ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA ARGENTINA PARA O PERÍODO 2016-2018</u>
Ministério de Minas e Energia (MME)	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 740, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016</u> Estabelece os procedimentos gerais para requerimento de Declaração de Utilidade Pública - DUP, de áreas de terra necessárias à implantação de instalações de geração e de Transporte de Energia

	Elétrica, por concessionários, permissionários e autorizados e dá outras providências. AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP) <u>RESOLUÇÃO Nº 45, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Ficam estabelecidos, conforme apresentado na tabela em anexo, os preços de referência do gás natural produzido no mês de setembro de 2016, nos campos das áreas concedidas pela ANP para o exercício de atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, a serem adotados para fins de cálculo das participações governamentais de que trata a Seção VI, do Capítulo V, da Lei n.º 9478, de 06 de agosto de 1997, nas hipóteses previstas no § 4º do art. 8º do Decreto n.º 2.705, de 03 de agosto de 1998. (...) <u>RESOLUÇÃO Nº 44, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Ficam estabelecidos, conforme apresentado na tabela em anexo, os preços mínimos dos petróleos produzidos no mês de setembro de 2016, para os campos das áreas concedidas pela ANP para o exercício de atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, a serem adotados para fins de cálculo das participações governamentais de que trata a Seção VI, do Capítulo V, da Lei n.º 9478, de 06 de agosto de 1997, na hipótese prevista no § 11 do art. 7º do Decreto n.º 2.705, de 03 de agosto de 1998, preços mínimos estes calculados conforme a Portaria n.º 206, de 29 de agosto de 2000. (...)
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL <u>RESOLUÇÃO Nº 554, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016</u> Aprova o Mapa Estratégico para o quadriênio 2016 - 2019.
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (Inmetro) <u>PORTARIA Nº 474, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016</u> OBJETO: Consulta Pública. Regulamento Técnico Metrológico - RTM que estabelece os critérios que deverão ser observados por instrumentos sobre esfigmomanômetros de medição não invasiva, destinados a medir a pressão arterial humana.
Ministério do Esporte (ME)	CONSELHO NACIONAL DE ESPORTE <u>RESOLUÇÃO Nº 47, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016</u> Dispõe sobre o procedimento referido no art. 7º, § 3º do Decreto 8.629, de 16 de março de 2016, que trata da indicação dos representantes de entidades de administração do desporto e de entidades sindicais dos atletas na composição da Justiça Desportiva Antidopagem - JAD <u>RESOLUÇÃO Nº 48, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016</u> Determina os Procedimentos Técnicos para certificação, credenciamento e contratação de Oficiais de Controle de Dopagem e

	Oficiais de Coleta de Sangue, convalida os atos praticados pela Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem - ABCD para a certificação de Oficiais de Controle de Dopagem e Oficiais de Coleta de Sangue e dá outras providências.
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CNRH) <u>RESOLUÇÃO Nº 178, DE 29 DE JUNHO DE 2016</u> Altera a Resolução nº 144, de 10 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos que "Estabelece diretrizes para implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, em atendimento ao art. 20 da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que alterou o art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997". <u>RESOLUÇÃO Nº 177, DE 29 DE JUNHO DE 2016</u> Estabelece composição e define a indicação de representações, em ordem progressiva, para eventuais substituições para a CTPNRH, CTIL e CTEM (mandato de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2018), para a CTCOB (mandato de 1º de agosto de 2016 a 31 de julho de 2018), e dá outras providências. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA) <u>PORTARIA Nº 32, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016</u> (...) Art.1º O caput do art. 108 do Regulamento Interno de Fiscalização Ambiental (RIF) do Ibama, na forma do Anexo da Portaria nº 24, de 16 de agosto de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação: (...) INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio) <u>PORTARIA Nº 96, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016</u> Dispõe sobre delegação de competência ao Diretor de Planejamento, Administração e Logística do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade para praticar os atos administrativos e normativos relativos à sua área de competência (Processo nº 02070.003156/2015-39). <u>PORTARIA Nº 95, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016</u> Delimita as Zonas de Preservação da Vida Marinha e de Visitação na Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais, no Município de Japaratinga, de acordo com seu Plano de Manejo. (Processo nº. 02070.011581/ 2016- 82)
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 302, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016</u> Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 476.672.319,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL (SOF) <u>PORTARIA Nº 108, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016</u>

	(...) Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, no que concerne aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação, da Integração Nacional e das Cidades e de Operações Oficiais de Crédito. (...)
Ministério do Trabalho	CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (CCFGTS) RESOLUÇÃO Nº 824, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016 Altera a Resolução nº 798, de 2016, com o objetivo de alterar os critérios de aquisição e destinação dos recursos de CRI e LCI pelo FGTS.
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU) RESOLUÇÃO Nº 123, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016 Altera a Resolução CAU/BR nº 26, de 2012, que dispõe sobre o registro de arquitetos e urbanistas, brasileiros ou estrangeiros portadores de visto permanente, diplomados por instituições de ensino superior estrangeiras, nos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF), e dá outras providências. CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA RESOLUÇÃO Nº 21, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016 Institui e normatiza a inscrição dos operadores de radiografia industrial no Sistema Conter/CRTs e dá outras providências. RESOLUÇÃO Nº 20, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016 Dispõe sobre o acordo de cooperação técnica firmado entre o conter e a fundação do câncer com vistas à formação de técnicos especialistas em radioterapia e dá outras providências.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
19/10/2016	DECRETO Nº 62.219, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016 Dispõe sobre o expediente nas repartições públicas estaduais no dia 28 de outubro de 2016, e dá providências correlatas
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL

Agricultura e Abastecimento (SAA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAA - 64, DE 20-10-2016</u> Estabelece normas complementares, necessárias à execução do "Projeto Recuperação de Matas Ciliares, Nascentes e Olhos D'água"
Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI)	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) → Conselho Deliberativo (CD) <u>DELIBERAÇÃO CEETEPS 32, DE 20-10-2016</u> Fixa normas para autorização de funcionamento de cursos de educação profissional técnica de nível médio, articulada com o ensino médio nas formas integrada, concomitante ou subsequente, nas modalidades presencial e a distância, incluindo EJA e de Especialização Técnica nas Escolas Técnicas Estaduais - Etec
Esporte, Lazer e Juventude (SELJ)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SELJ 32, DE 15-09-2016</u> Dispõe sobre a regulamentação de uso, a título precário, por terceiros, de áreas dos próprios administrados pela Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude
Fazenda (SF)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF 83, DE 19-10-2016</u> Divulga o valor da Receita Corrente Líquida de agosto de 2016 COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) SUPLEMENTO - FAZENDA COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA <u>NOTIFICAÇÃO</u> Os contribuintes ou responsáveis identificados no suplemento ficam notificados do lançamento de ofício do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, pela falta de pagamento do imposto devido referente(s) ao(s) veículo(s) e exercício(s) discriminado(s), nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.
Governo (SG)	AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP) <u>DELIBERAÇÃO ARSESP-676, DE 18-10-2016</u> Aprova os valores cobráveis na execução de serviços correlatos e acessórios à distribuição de gás canalizado, no âmbito da área de concessão da Companhia de Gás de São Paulo - Comgás
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO UNESP-81, DE 19-10-2016</u> Fixa normas gerais para o Calendário Escolar dos Cursos de Graduação para o ano letivo de 2017

Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
22/10/2016	<u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 40, DE 2016</u> Mensagem A-nº 92/2016, do Senhor Governador do Estado (...) Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa nobre Assembleia, o incluso projeto de lei complementar que altera disposição específica da Lei Complementar nº 988, de 9 de janeiro de 2006, que organiza a Defensoria Pública do Estado e institui o regime jurídico da carreira de Defensor Público do Estado. (...) DOE, Legislativo, 22/10/2016, p. 6
20/10/2016	<u>PROJETO DE LEI Nº 774, DE 2016</u> Autoriza o Poder Executivo a implantar o programa Vila Dignidade no município de Cruzeiro, neste Estado DOE, Legislativo, 20/10/2016, p. 8 <u>PROJETO DE LEI Nº 773, DE 2016</u> Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Especializado em Hemodiálise e Diálise Peritoneal na Cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo DOE, Legislativo, 20/10/2016, p. 8
19/10/2016	<u>PROJETO DE LEI Nº 772, DE 2016</u> Autoriza o Poder Executivo a destinar 10% (dez por cento) do valor arrecadado com multas por infração à legislação do trânsito para as Santas Casas de Misericórdia DOE, Legislativo, 19/10/2016, p. 8 <u>PROJETO DE LEI Nº 771, DE 2016</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade da existência, em estabelecimentos bancários, de porta exclusiva de acesso a clientes portadores de marcapasso e outras próteses eletrônicas DOE, Legislativo, 19/10/2016, p. 8
18/10/2016	TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADO GP Nº 28/2016 AUDESP – Fase III – Atos de Pessoal – Remuneração O Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, COMUNICA aos órgãos jurisdicionados das áreas estadual e municipal que o Tribunal está finalizando o desenvolvimento do módulo “Remuneração de Agentes Públicos” da Fase III – Atos de Pessoal do Sistema AUDESP - Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos. Esse novo módulo da auditoria eletrônica captará informações sobre pagamentos efetuados a qualquer título aos Agentes Públicos e que, com o concurso de recursos tecnológicos, buscarão proporcionar maior agilidade, eficiência e eficácia nas ações fiscalizatórias destinadas à verificação da legalidade dos atos de pessoal.

Para a implantação deste módulo, os órgãos jurisdicionados deverão encaminhar ao Tribunal, no período de 01/11 a 15/11/2016, a sua tabela de verbas remuneratórias e de descontos, bem como o cadastro de aposentados e pensionistas, em conformidade com os leiautes disponibilizados em nossa página eletrônica na Internet no endereço:

<http://www4.tce.sp.gov.br/audesp/documentacao>

Tipo de Documento: "Leiautes"

Título: Fase III do Sistema AUDESP – Atos de Pessoal – Remuneração – XSDs

O cadastro de aposentados e pensionistas deverá refletir a posição em 01/11/2016.

No período de 16/11 a 30/11/2016, será realizado, em caráter facultativo, um piloto de testes da Fase III – módulo "Remuneração" do Sistema AUDESP, com a finalidade de oferecer aos órgãos jurisdicionados estaduais e municipais a oportunidade de efetuarem a remessa eletrônica dos dados de Remuneração utilizando a versão final do Sistema.

Para participar deste piloto, os gestores responsáveis pelo gerenciamento do perfil de acesso dos usuários dos seus respectivos órgãos deverão efetuar o cadastramento dos servidores que terão acesso ao AUDESP Fase – III – Módulo Remuneração, no Sistema de Delegação de Responsabilidade.

Nos casos de órgãos cujas informações sobre folha de pagamento estejam sob o controle de um órgão centralizador, este será o responsável pela remessa de dados ao Sistema. Nesta situação caberá também ao órgão centralizador informar, previamente, no período de 01/11 a 15/11/2016, quais são os órgãos a ele vinculados. Para tanto, deverá preencher a planilha disponível na seção Comunicados do Portal de Serviços AUDESP (<http://www4.tce.sp.gov.br/audesp/comunicados>) e enviá-la por meio do canal "Fale Conosco" do Sistema AUDESP, disponível na página <http://www4.tce.sp.gov.br/audesp/>, indicando o assunto "Planilha – Fase III – Módulo Remuneração de Agentes Públicos".

Concluído o período de testes, a partir do dia 10/12/2016 a remessa eletrônica das informações do módulo "Remuneração de Agentes Públicos" da Fase III do Sistema AUDESP passa a ter caráter compulsório, com observância dos seguintes prazos:

Documento	Prazo	Periodicidade
Verbas Remuneratórias (Cadastro)	Até o dia 10 do mês seguinte ao da criação ou alteração	Eventual
Folha Ordinária	Até o dia 15 do mês seguinte ao de sua competência	Mensal
Resumo da Folha	Até o dia 15 do mês seguinte ao de sua competência	Mensal
Folha Ordinária - Pagamento	Até o dia 20 do mês seguinte ao de sua competência	Mensal
Folha Suplementar - Pagamento	Até o dia 20 do mês seguinte ao de sua competência	Eventual

A primeira prestação a ser encaminhada será a de competência novembro/2016.

	As remessas de informações deverão ocorrer necessariamente na ordem prevista neste Comunicado. Dúvidas e esclarecimentos sobre o módulo "Remuneração" da Fase III – Atos de Pessoal do Sistema AUDESP deverão ser encaminhados pelo canal "Fale Conosco", disponível na página http://www4.tce.sp.gov.br/audesp/. Publique-se. G.P., em 17 de outubro de 2016 DIMAS EDUARDO RAMALHO PRESIDENTE DOE, Legislativo, 18/10/2016, p. 20
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
22/10/2016	<u>DECRETO Nº 57.402, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, aprovado na forma do Anexo Único integrante do Decreto nº 53.151, de 17 de maio de 2012. <u>DECRETO Nº 57.401, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016</u> Dispõe sobre o encerramento do exercício de 2016 e revoga os artigos 34 e 35 do Decreto nº 56.779, de 22 de janeiro de 2016.
21/10/2016	<u>DECRETO Nº 57.400, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016</u> Altera os artigos 6º e 8º do Decreto nº 41.660, de 1º de fevereiro de 2002(*), em decorrência da edição da Lei nº 16.519, de 22 de julho de 2016(**). (*) <i>Regulamenta a Lei nº 13.264, de 2 de janeiro de 2002 (instituição do Programa Municipal de Combate e Prevenção à Dengue)</i> (**) <i>Altera os arts. 4º e 6º da Lei Municipal nº 13.264, de 2 de janeiro de 2002, a fim de ampliar os locais obrigados a adotar medidas para evitar a existência de criadouros para Aedes Aegypti e Aedes Albopictus, e dá outras providências.</i> <u>DECRETO Nº 57.399, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016</u> Regulamenta a Lei nº 16.490, de 15 de julho de 2016, que dispõe sobre o desembarque de mulheres e idosos usuários do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros da Cidade de São Paulo.
18/10/2016	<u>PROJETO DE LEI 01-00509/2016 DO EXECUTIVO</u> "Estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2017". (...)
11/10/2016	TRANSPORTES GABINETE DO SECRETÁRIO COMITÊ MUNICIPAL DE USO DO VIÁRIO <u>RESOLUÇÃO Nº 12, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016</u> Altera o preço público dos créditos de quilômetros do regime de uso intensivo do viário urbano para exploração da atividade econômica de transporte individual remunerado de passageiros de utilidade pública(*)

	Consulte: Diário Oficial da Cidade de São Paulo, 11/10/2016, p. 23 (*) <i>Uber</i>
--	---

Obs.: Caso algum <i>link</i> não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx
--

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista
mevangelista@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107